



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: CONEXÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - IBIAPABA, TIANGUÁ - CE

Francinalda Maria Rodrigues da Rocha. UFPI, francinalda.rocha@gmail.com
Samuel Pires Melo. UFPI, samuelmelo@ufpi.edu.br
Luciana Matias Cavalcante. UFPI, luciana@ufpi.edu.br

PEDAGOGY OF ALTERNATION: SCHOOL AND FAMILY CONNECTION AT THE AGRICULTURAL FAMILY SCHOOL - IBIAPABA, TIANGUÁ - CE

RESUMO

A modalidade de educação da Pedagogia da Alternância é uma realidade em diversos contextos sociais, como é o caso do curso Técnico em Agropecuária, direcionado para agroecologia, da Escola Família Agrícola EFA Ibiapaba, Tianguá – CE. A Pedagogia da Alternância consiste na formação em espaços e tempos diferenciados. O tempo escolar é alternado e integrado com o tempo familiar, fazendo com que o trabalho e as experiências sociais integrem o currículo, por meio da vivência de pesquisas e experimentações práticas com o cotidiano. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a relação de um dos Planos de Estudo (PE), realizado em 2018 por 21 educandos da EFA Ibiapaba, com o protagonismo juvenil. Sob uma abordagem qualitativa, na perspectiva do estudo de caso, a metodologia consistiu na análise e sistematização coletiva realizada pelos estudantes, das respostas a um questionário aplicado em 17 comunidades, de 13 municípios do Ceará. Os resultados apontam que as comunidades esperam mais proatividade das juventudes e os jovens sentem falta do apoio da sociedade para atuarem, exercendo sua cidadania. Essa experiência também representa a iniciação científica dos jovens do Ensino Médio que participaram do estudo, seja na problematização do tema, seja no processo de coleta e análise dos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Juventudes. Agroecologia.

ABSTRACT

The modality education Pedagogy of Alternation is a reality in several social contexts, as is the case of the Technical Course in Agropecuaria, directed to agroecology, integrated to the high school of the Agricultural Family School EFA Ibiapaba, Tianguá - CE. The Pedagogy of Alternation consists of training in different spaces and times. School time is alternated and integrated with family time, integrating work and social experiences to the curriculum through the experiences of researches and



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

practical experimentations with everyday life. In view of this context, this research focuses on the relationship of one of the Study Plans (PE) carried out in 2018 by 21 students of Efa Ibiapaba with the youth protagonism. Under a qualitative approach in a case study perspective, the methodology consisted of the analysis of the collective systematization carried out by the students, of the answers of the questionnaire applied in 17 communities, from 13 municipalities of Ceará. The results indicate that the communities expect more proactivity from the youth, and young people miss the support of society to act by exercising their citizenship. This experience also represents the scientific initiation of the high school students who participated in the study, either in the problematization of the theme or in the process of collecting and analyzing the results.

KEY WORDS: Family, youth, society, agroecology.

INTRODUÇÃO

Observa-se na educação do campo no Brasil uma forte relação com a Pedagogia da Alternância. Esta Pedagogia, como educação contextualizada, surgiu a partir das necessidades dos trabalhadores rurais sem terra garantirem educação e formação profissional que estivesse de acordo com às histórias de vida das pessoas, das questões culturais, econômicas, políticas e, principalmente que fomentasse o debate para o exercício da cidadania, de modo a estabelecer relações democráticas entre escola e comunidade.

Com a alternância é aceitável valorizar as experiências que envolvam diferentes aprendizagens, em consonância com os princípios da Educação Popular (GIMONET, 2007). Assim, percebe-se que o ato de educar se articula com os diversos atores que são mediadores da formação crítica e emancipadora. Nessa perspectiva, da Pedagogia da Alternância, assenta-se na proposta de formação da Escola Família Agrícola (EFA Ibiapaba), em Tianguá CE, com práticas que promovem o desenvolvimento humano integral, a promoção da sociabilidade no campo e a educação ambiental, o que vem corroborar com o pensamento de Begnami (2003) que relata que na alternância é considerada a experiência da comunidade, dos educadores e educandos, bem como da educação popular como suporte para a emancipação.

A EFA Ibiapaba nasce de um sonho antigo do educador Chico Antonio, integrado ao projeto de Agroecologia em Rede, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Viçosa



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

do Ceará e Tianguá, em 2011. Na sede desse Sindicato foi fundada a Associação Escola Família Agrícola da Região da Ibiapaba (AEFARI), surgindo a partir daí uma nova realidade. Em 2014 inicia-se a primeira turma da EFA com 27 educandos/as dos municípios de Tianguá, Frecheirinha, Viçosa do Ceará, Ibiapina e Massapê, em espaço provisório cedido pelo Assentamento Nova Esperança de Tianguá – CE. Atualmente está em curso nesse espaço provisório a segunda turma, com 21 educandos.

A EFA dialoga com o pensamento freireano, de fortalecer o debate e a vivência da práxis educativa, de modo a romper com a educação bancária, por meio dos atores multiplicadores, como pais, comunidades, associações e movimentos sociais, para as intervenções possíveis na consolidação da educação.

Com a visão da formação integral que considera as necessidades humanas imersas em sua territorialidade, propõe desenvolver as potencialidades de todos os envolvidos na alternância, portanto esta escola busca articular tempos e espaços diferenciados. Para construção dessas competências, a EFA produz um Plano de Estudo, que é um instrumento utilizado para explorar a realidade e as experiências dos alternantes, proporcionando observações, pesquisas, debates e reflexões com as suas comunidades. Essencial para integrar o ambiente escolar e família, valorizando o ambiente cultural dos estudantes como resultado dessa interação poderá contribuir para a formação humana, social, ética e profissional (GIMONET, 2007).

Para esse estudo foi realizado um recorte dentro de um dos planos de estudo dos educandos, que integra o tempo escolar com o tempo social e profissional, com o objetivo de analisar a relação desse plano com o protagonismo juvenil. A cada momento de retorno ao ambiente familiar (sessão família) o/a educando/a desenvolve uma pesquisa a partir de um tema previamente selecionados no planejamento anual da escola, realizado pelos educadores. Anualmente são trabalhados nove temas. Os educandos têm a oportunidade de fazer um diagnóstico da sua realidade e das outras comunidades a partir de cada temática estudada e refletida.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2018 da escola, o Plano está embasado na proposta da Pedagogia de Projetos, que se origina dos estudos de Dewey e também está expressa nos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os conteúdos curriculares são trabalhados após diálogo com os conhecimentos empíricos vividos e refletidos pelos educandos. O processo de contextualização continua através do plano



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

seguinte, tornando-se uma estratégia fundamental para articular a aprendizagem experiencial com a aprendizagem teórica/escolar.

Nesse sentido, a proposta do estudo é refletir acerca de uma das temáticas do Plano de Estudo – empoderamento juvenil e trazer a apreciação de algumas discussões sobre as juventudes do meio rural a partir da seguinte questão: qual a percepção de juventude, construída pelos jovens e comunidade da EFA Ibiapaba?

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: INTEGRANDO SABERES E FAZERES

Na Constituição Federal de 1988, os direitos educacionais foram consolidados por meio do compromisso do Estado, da família e da sociedade por meio do seu Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Nº 9394/96, está relacionada à necessidade das esferas políticas e educacionais em cumprir com os seus deveres e obrigações com a população rural. O artigo 28 dessa lei cita que na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região: “I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural” (BRASIL, 1996).

Essa flexibilidade no calendário escolar é uma estratégia proposta pela Pedagogia da Alternância. Os estudantes do campo têm tempos e espaços alternados e a legislação incentiva a adequação das atividades diárias com às escolares. Entretanto, verifica-se que a luta por uma educação do campo vai muito além do marco legal da Constituição de 1988 e a LDBEN 9394/96, pois deve permear a luta dos atores envolvidos com práticas educativas, experiências e necessidades que favoreçam os ambientes coletivos (BICALHO, 2011).



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

No ano de 2002, foi aprovada a Lei de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, como fruto das lutas em defesa da educação do campo, como direito e dever do Estado, para manter viva a memória do campo, com suas raízes e saberes. Nela há uma preocupação com a formação continuada dos professores e a promoção das expressões culturais dos sujeitos, tendo como vertente o resgate dos valores coletivos e solidários e estímulo às escolas do campo e à pedagogia da alternância (MUNARIM, 2008). Adiciona-se a essa realidade o engajamento de algumas secretarias de educação, universidades, escolas e professores que acreditam numa educação libertadora e igualitária, que tentam fazer a diferença na consolidação da educação do campo (MOLINA, 2009).

Embora inseridos nesse fazer verifica-se que existem várias dificuldades para efetivação da proposta da educação do campo. Um dos aspectos é que a maioria dos professores, por mais boa vontade em contribuir com a proposta, desconhecem metodologias de trabalho da educação do campo e da Pedagogia da Alternância, passando a utilizar nas escolas do campo as mesmas estratégias oriundas das escolas convencionais. Assim, na Pedagogia da alternância, conhecer o mundo que nos rodeia é prioridade ao processo de formação. Em alguns momentos, acaba prevalecendo o saber técnico, que acaba se afastando da realidade de vida dos educandos, e muitas vezes desconhecem as lutas em torno dessa temática (BICALHO, 2011).

Nesse sentido, ao lutar pelo direito à terra e pela educação, os sujeitos estão recriando a sua identidade com a terra e com a sua comunidade. Isso é um fator que demarca a diferença ente campo e cidade. Por isso, na Educação do Campo o espaço vivido é da própria experiência, o que permite integrar a comunidade, assegurar um melhoramento coletivo e uma educação globalizante e permanente (RAMOS, 1989).

Para efetivação dessa ação dois momentos da prática da alternância se intercalam e são classificados por Sinhoratti (2009, p. 6) como tempo escola e tempo comunidade:

- 1) O tempo escola: momento em que os alunos têm aulas práticas e teóricas, bem como se organizam para planejar e realizar as atividades que permitam o bom funcionamento da escola (ao mesmo tempo vivenciam e fortalecem seus valores);
- 2) O tempo da comunidade: momento destinado à realização das atividades de pesquisa, embasados na realidade na qual estão inseridos e, ao mesmo tempo, o momento em que podem colocar em prática a teoria adquirida na escola do campo. É neste momento que a família deve assumir a responsabilidade na educação dos filhos.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

Portanto, verifica-se que a educação do campo na sua relação com os movimentos sociais e a Pedagogia da alternância tenha possibilidade de relacionar os diferentes saberes sociais, como o conhecimento científico e o popular. Para isso, é preciso desfazer um conhecimento escolar que se propõe apenas em transmitir conhecimento científico, mas que contribua para a desconstrução dos obstáculos epistemológicos apresentados e se transforme em ferramentas que inclua os diferentes saberes (FIOREZE & MARCON, 2009).

A formação na Pedagogia da Alternância dialoga com diferentes fazeres e saberes, pois utiliza nas práticas de alternância, a multiplicidade de tecnologias como necessárias para os diferentes espaços formativos. A alternância, nessa perspectiva propicia aos educandos possibilidades de mudanças, (re)vividas na relação entre escola, comunidade e família. (GIMONET, 2007). Mas, essas práticas esbarram nas dificuldades causadas pela ausência efetiva de políticas públicas para o campo, que avaliando a conjuntura do ambiente onde as práticas educativas acontecem, muitas ainda são permeadas por lutas e resistências.

Para esse estudo, entende-se como Peralva (1997), que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Essas concepções completam-se quando agregamos os estudos de Charlot (2000) que diz que a essência originária do indivíduo não está dentro dele mesmo, mas fora, no mundo das relações sociais. Nessa perspectiva, é preciso levar em consideração que as juventudes em nosso país se expressam num contexto de desigualdade social, numa sociedade que, muitas vezes, lhes abre perspectivas frágeis e insuficientes de inclusão (MARTINS, 1997).

METODOLOGIA

Esta pesquisa está embasada por uma abordagem qualitativa, tendo como enfoque o estudo de caso. Para isso, partiu do recorte de um dos Planos de Estudo (PE) dos jovens que participam da Escola Família Agrícola – EFA Ibiapaba/Ce, que tratava do empoderamento juvenil. Esse PE foi contextualizado no período de abril e maio de 2018, por 21 educandos, a partir das respostas do questionário em 17 comunidades, de 13 municípios do Ceará.

Elegemos a abordagem qualitativa para o desenvolvimento desse estudo por concordarmos que essa abordagem “realiza uma aproximação fundamental e de



intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO E SANCHES, 1993, p. 244).

O estudo está inserido dentro do Plano de Trabalho da Pedagogia da Alternância que acontecem nas escolas do campo. A cada Plano de Estudo primeiramente é aprofundado o tema pelos professores da área técnica e das demais áreas. No mesmo período os educandos elaboram um questionário com 10 questões para aplicação em suas comunidades. No retorno da sessão escolar seguinte trazem os resultados e realizam sistematização coletiva, que após discutida e refletida retornam para as comunidades realizando a devolutiva. Mas, para esse estudo será abordado somente parte da sistematização coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de duas questões presentes na síntese geral do Plano de Estudo dos educandos da EFA Ibiapaba, sobre empoderamento juvenil, será apresentado o resultado da pesquisa: como era a participação da juventude no passado e nos dias atuais? Qual a sua importância nas discussões sociais?

Os depoimentos foram de jovens e adultos, representantes das 17 comunidades em que residem os jovens da Escola Família Agrícola/ Ibiapaba - Ceará. Por questões éticas, os nomes das comunidades serão identificados por letras do algarismo romano. Serão citados sete depoimentos por questões, levando em consideração os que se complementam e as que são contraditórias para um melhor entendimento.

Ao analisar as respostas sobre como a juventude é vista no passado e na atualidade, verificamos que parte dos moradores consideram que os jovens eram mais participativos e engajados em décadas passadas e outros já identificam esse perfil na atualidade, revelando certa contradição nos depoimentos.

COMUNIDADE I - Antigamente eram ativos, participavam de movimentos religiosos e pastorais da comunidade e município. Hoje participam da quadrilha e jogo de futebol.

COMUNIDADE II - Antigamente se dava através de grupo de jovens, mais produtivo. Hoje é mais ativa, atualizada e compreensiva.

COMUNIDADE III - Antigamente a juventude era mais voltada para agricultura. Hoje a juventude tem mais disponibilidade para melhorar a comunidade



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

COMUNIDADE IV - Antigamente não se mobilizava com nada, apenas na agricultura. Hoje está organizada em todos os espaços da comunidade.

COMUNIDADE V - Antigamente participava de movimentos sociais, religiosos (catecismo), trabalho com pais. Hoje são mais acomodados e dependentes de aparelhos eletrônicos (internet).

COMUNIDADE VI - Antigamente participava de movimentos sociais, religiosos (catecismo), trabalho com pais. Hoje há participação e estão esquecendo seus compromissos.

COMUNIDADE VII - Antigamente eram ativos, participavam de movimentos religiosos e pastorais da comunidade e município. Hoje a juventude não atua em nada.

Como revelado nos depoimentos a participação social por muitas vezes passa a ser movida por sentimento de solidariedade, na luta pelos direitos dos cidadãos e pela inclusão de todos os indivíduos na sociedade ou nos grupos dos quais fazem parte, como citado, os grupos religiosos. E quando se fala de participação social da juventude há duas posições: a de que a juventude não participa e a de que os jovens participam de alguma forma, conforme ilustrado nos depoimentos das comunidades. Gohn, (2007, p.14) atribui também o envolvimento em movimentos ao próprio processo de democratização da sociedade:

O entendimento do processo de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduzem ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira, o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso a direitos sociais e à cidadania. Neste sentido, a participação, é luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização (GOHN, 2007, p. 14).

Para os entendimentos construídos nessas comunidades sobre o nível da participação da juventude é preciso compreender que o entendimento desse grupo social deve passar por uma categoria social em construção histórica, situada em espaços sociais distintos, como por exemplo, de classe social a que pertence, mas não somente (GROPPO, 2000).

Embora haja falta de credibilidade ou falta de visão da participação dos jovens, é importante lembrar alguns resultados obtidos pelas lutas dos jovens, como a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (em 2005), da realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011). A conquista de programas sociais como, PROJOVEM, PROUNI, Jovem Aprendiz, Pronaf-Jovem e etc. A luta pela aprovação do marco regulatório na construção de políticas públicas para a juventude que resultaram na construção do Plano Nacional de Juventude e a criação do Estatuto da Juventude (2013). Castro e Abramovay (2009) afirmam que:



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

É diagnosticado em diversas pesquisas sobre juventude no Brasil, que o interesse e a participação dos jovens na vida pública não se esvaziou (BRENNER; CARRANO, 2008), ainda que os contextos sociais e econômicos estejam cada vez mais cedo encurralando jovens para o precário mercado de trabalho, tomando o tempo livre para agrupamentos; ainda que a mídia comercial tenda a manipular as muitas formas de resistência num disfarçado teatro de felicidade obtida simplesmente pelo consumo de apetrechos, os jovens vêm se mostrando bastante adaptáveis e adaptadores dessas condições. Ou seja, novas são as motivações objetivas que inibem o processo de participação juvenil, porém, muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelos jovens, que favorecem os processos de participação. (p. 39).

Essas adaptações e mutações são vistas simplesmente porque as principais formas de organização dos jovens são primárias e se referem a micro participação, como define Bordenave (1994). Grupos de jovens usam sua própria língua, métodos horizontais de participação e diretrizes específicas para cada segmento jovem. Como afirma Hobsbawm, (1999) que vivemos em uma sociedade sem nenhuma relação com passado e nem com o futuro, vivemos numa sociedade do imediato, do “fugaz”.

Para Bauman (2001), à medida que nos deparamos com as incertezas e as inseguranças da “modernidade líquida”, com um processo incessante de mudança que nos força a ter que frequentemente reinventar nossa identidade, pode levar tanto à opressão quanto à libertação e isso nos leva a buscar relações transitórias e fugazes, pois as relações afetivas também entram nesse ritmo frenético que faz com que nada seja duradouro de modo que a identidade do indivíduo precise ser o tempo todo reinventada.

Assim, verifica-se que a trajetória das juventudes nas lutas sociais da classe trabalhadora brasileira é antiga, porém no atual século vemos que o protagonismo da juventude se estabelece em diferentes contextos, lutando para ser reconhecida como sujeito de direito, por meio da efetivação e construção de políticas públicas ou como protagonista das lutas sociais dos jovens e dos trabalhadores. Nessa direção, concorda-se com Freire (1980, p.90) que “é preciso fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação”

A segunda questão a ser discutida vem complementar as discussões acerca da participação das juventudes, enfocando a sua importância nas discussões sociais. Nos resultados foram verificadas respostas de âmbito individual e coletivo. Os participantes revelam em seus discursos que a importância para a participação das juventudes nos contextos sociais se dá, principalmente, por um aprendizado e ao mesmo tempo pela luta



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

que precisa ser fortalecida em torno dos direitos sociais. Atribuem a responsabilidade pelo futuro social aos jovens, conforme ilustrado nos depoimentos das comunidades.

COMUNIDADE I - Aprender o senso crítico. Para que sejamos representantes. Desejo e energia desafiadora.

COMUNIDADE II - Aprender a trocar conhecimento, saber os direitos e deveres na sociedade.

COMUNIDADE III - São eles que irão decidir o futuro do país.

COMUNIDADE IV - Lutar pelos seus direitos e mostrar sua opinião, trazer novas ideias. O conhecimento, a participação e a transformação de tudo.

COMUNIDADE V - São o futuro do amanhã, por terem disponibilidade e são eles que tornam o impossível em possível por serem autônomos e de direitos.

COMUNIDADE VI - Eles que irão decidir o que querem para viver melhor. Mostrar sua capacidade de conhecimento.

COMUNIDADE VII - Aprimoram seus conhecimentos.

As percepções dos participantes desse estudo, sobre como os jovens poderão instituir as formas de participação apontam para um quadro de crenças e mutações na esfera política “no qual a ação coletiva dos jovens, bem como os movimentos sociais, podem estar ocorrendo de formas múltiplas, variáveis e com níveis diversos de intervenção no social, muitas vezes de forma fluida e pouco estruturada” (DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 18).

Para se ter uma ideia das principais formas de participação dos jovens das comunidades analisadas, pode-se observar que estão nos Grupos de jovens, Crisma, Grupo de Teatro, Viveiro, Comissão Municipal de Juventude (CMJ), Catecismo Sinal da Cruz, Terço dos Homens e Ponto de Cultura (banda, dança, quadrilha). Além disso, o Plano de Estudo revela que existem organizações que instigam a participação dos jovens, são elas principalmente: Sindicato, Secretaria de educação (jovens ambientalistas), projeto Paulo Freire. Debates, conselhos, palestras, encontros, manifestações, datas festivas, articulações de juventudes, secretaria e grupos de jovens. Isso aponta para a modificação do eu e seu crescimento pessoal, baseados nos sujeitos contemporâneos que enfrentam de maneira mais incisiva as necessidades pontuais e permanentes da vida rural e urbana, na busca de construção de sua própria vida, a partir das relações que estabelecem em sociedade (MELUCCI, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a juventude da EFA Ibiapaba discute com jovens e adultos, por meio do Plano de Estudo o tema empoderamento juvenil, passa a entender como se encontra sua



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

participação nos movimentos sociais, em suas comunidades e dos outros educandos. Foi observado um processo de autorreflexão e reflexão social, passando a se desafiar o quanto que precisam ampliar suas ações para que atinjam outros jovens e para que a sociedade passe a enxergá-los com o empoderamento que acreditam ter conquistado.

Nesse sentido, compreende-se que a modalidade de educação da Pedagogia da Alternância é uma realidade no curso Técnico em Agropecuária, direcionado para agroecologia, integrado ao ensino médio, da Escola Família Agrícola EFA Ibiapaba, Tianguá – CE, principalmente porque procura dar sentido a emancipação social dos grupos partícipes, embora a importância da participação social ainda precise ser fortalecida por meio de formação política, para entender que a sua importância nas discussões sociais vai além do aprendizado e que precisam continuar com suas conquistas para uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BICALHO, R.S. Formação de educadores do campo. In: MORAES, Marco Antonio de; OLIVEIRA, Olívia Chaves de. **Tecnologias, Linguagens e Educação**: buscando diálogos, compartilhando experiências. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2011.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº 1/ 2002.

BORDENAVE, J. D. **O que participação Social**. São Paulo, Cortez, 1994.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Quebrando mitos**: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.. **Jovens no Brasil**: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Observatório Jovem. Rio de Janeiro, 2008.

FIOREZE, C.; MARCON, T. **O popular e a educação**: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1980.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores**: Participação sociopolítica. São Paulo, Cortez, 2007.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. O breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPEd, no 5/6. 1997.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MELUCCI, A. **O jogo do eu**: A mudança de si em uma sociedade global. Tradução de Adriano Marinho et al. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e formação profissional**: a experiência do Programa de Residência Agrária. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

MUNARIM, A. **Movimento nacional de educação do campo**: uma trajetória em construção. Trabalho apresentado no GT 3: Movimentos sociais e educação, 31ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, 2008.

SINHORATTI, F. A **Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais**: alguns apontamentos e indagações. Especialização em Gestão Político-Pedagógica Escolar, pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR, concluída em 2009. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/10/artigo_simposio_10_65_fabisinhoratti@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

